

## REVISITANDO O CONCEITO DE INTENCIONALIDADE

Ana Cristina Carmelino<sup>1</sup>

Paulo Ramos<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo mostrar a trajetória histórica da *intencionalidade* e verificar se o conceito ainda é válido dentro do escopo teórico de estudos contemporâneos da Linguística Textual brasileira. A discussão se justifica pelo fato de o termo ter sido desfocalizado em parte de obras referenciais da área ou questionado por alguns de seus pesquisadores. A exposição abarcará um período de quatro décadas, iniciando em 1981, ano em que Beaugrande e Dressler incluíram a noção de intencionalidade entre os sete critérios de textualidade. Nos anos seguintes, o conceito foi trazido ao Brasil por teóricos do texto, que ajudaram na difusão do termo entre os estudos da área realizados no país, seja retomando, seja rediscutindo.

**Palavras-chave:** Intencionalidade. Textualidade. Linguística Textual.

**Abstract:** This article aims to show the historical trajectory of intencionalidade and to verify if this concept is still relevant within the theoretical scope of contemporary studies of Brazilian Text Linguistics. The discussion is justified by the fact that the term has been unfocused in part of referential works in this scientific area or questioned by some of its researchers. This text will cover a period of four decades, beginning in 1981, the year that Beaugrande and Dressler included the notion of intencionalidade among the seven textuality items. In the following years, the concept was brought to Brazil by theorists of the text, who helped in the diffusion of the term in the studies of the scientific area in the country, either retrieving the discussion, either re-discussing it.

**Keywords:** Intencionalidade. Textuality. Text Linguistics.

Este artigo parte de uma percepção que leva a um questionamento. A percepção é que o conceito de intencionalidade passa contemporaneamente, na literatura da Linguística Textual brasileira, tanto por retomadas quanto por reavaliações. Neste segundo caso, há leituras críticas sobre a validade ou a aplicabilidade dessa noção teórica e até mesmo uma desfocalização do conceito em obras referenciais da área, conotando uma possível perda de relevância.

Essa interpretação é ancorada no contato com capítulos, menções em livros, artigos e dissertações que vêm sendo produzidos por diferentes pesquisadores do país. Um dos objetivos desta exposição é fundamentar essa percepção. Para isso, será necessária uma recuperação do conceito, cunhado no escopo teórico pensado por Beaugrande e Dressler

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. anacrisarmelino@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. contatopauloramos@gmail.com

(1981) e apropriado por linguistas brasileiros, ora preservando a ideia original, ora propondo modificações.

A apropriação da noção de intencionalidade no país, se observada ao longo do tempo, talvez possa ser dividida em três momentos distintos. O primeiro é a importação e a apresentação do conceito à comunidade acadêmica, o que pode ser datado entre a primeira metade da década de 1980 – época de publicação de livros de Fávero e Koch (1983) e, pouco depois, de Marcuschi (1983) – e o início da década de 1990 – com os trabalhos de Koch e Travaglia (1990) e de Costa Val (1991).

O segundo momento pode ser visto na década inaugural deste século, quando surgem as primeiras leituras críticas com relação à intencionalidade, explicitadas em particular nas obras de Koch (2004) e de Marcuschi (2008). O terceiro momento abrange a segunda década do século e inclui o período em que este texto é redigido, época em que se identificaram as percepções expostas no parágrafo inicial. Esboçar o estado da arte do tema também figura entre os objetivos deste artigo.

Como dito, ladeado à percepção, há um questionamento, que surge quase como consequência. Dadas as críticas e a desfocalização do conceito em parte da literatura da Linguística Textual brasileira, ainda há relevância na apropriação da intencionalidade sob essa perspectiva teórica? A resposta a essa pergunta é outra proposta que norteia o presente artigo.

Tendo esses objetivos delineados, a exposição irá olhar para trás, para recuperar o que foi dito, para, a partir disso, observar o presente, verificar o que ainda é dito – ou não, no caso de trabalhos que desfocalizaram o conceito. Por conta de a proposta estar atrelada a um registro histórico da noção de intencionalidade no Brasil, para contribuir com o aspecto documental do assunto, será adotado o critério de expor os nomes completos dos autores a serem citados, bem como os títulos e anos (de publicação original e das traduções ou reedições dela no Brasil) de suas respectivas produções teóricas. Ao final, pretende-se responder à questão feita e apontar possíveis caminhos para se trabalhar teoricamente o assunto.

### **Abordagens iniciais da intencionalidade**

A questão da intencionalidade tem diferentes portas teóricas de entrada para ser trabalhada. Na Linguística Textual, no modo como foi construída no Brasil, o tema se ancora muito no trabalho de Beaugrande e Dressler. Publicado em inglês em 1981 e ainda inédito em

língua portuguesa, o livro<sup>3</sup> dá alguns passos efetivos no sentido de consolidar esse campo teórico dentro do escopo dos estudos da linguagem.

Os dois autores defendem que o texto deve ser observado dentro de suas situações discursivas, frutos da interação comunicativa entre as pessoas. Seria o texto um evento comunicativo, que deveria atender a sete critérios de textualidade (posteriormente, usado também com os termos “fatores” e “princípios” e, especificamente por Marcuschi (2008), como critérios de textualização): coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, situacionalidade, intencionalidade e aceitabilidade. As duas primeiras seriam centradas no texto em si; as outras cinco, nos usuários. “Se algum texto não satisfizer algum desses critérios”, dizem, “então não pode se considerar que esse texto seja comunicativo” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 35, tradução nossa<sup>4</sup>).

Compondo um dos sete elementos próprios da textualidade, a intencionalidade é trabalhada em dois momentos pelos dois pesquisadores. No início da obra, o conceito é relacionado ao produtor do texto, que teria uma meta a ser alcançada dentro de um plano. Sob essa ótica, o uso de um conjunto de sequências coesas e coerentes seria uma consequência dessas intenções.

No outro extremo da interação, estaria a atitude do receptor de recuperar tais metas e planos, estratégia resumida na aceitabilidade, outro dos fatores de textualidade. Tolerância com o conteúdo textual apresentado e construção de inferências a partir do texto com que tiveram contato integram esse processo de recuperação dos dados para aceitar o que o que se é apresentado. Depreende-se que se trata de uma atividade colaborativa, portanto.

Não por acaso, os dois conceitos – intencionalidade e aceitabilidade – são discutidos conjuntamente em um dos capítulos da obra – segundo momento em que o conceito é trabalhado no livro. Pelo raciocínio dos pesquisadores, um estaria relacionado ao outro dentro de uma situação de interação comunicativa. Especificamente sobre a intencionalidade, eles a definem como “todas as modalidades às quais os produtores textuais utilizam os textos para conseguir que se cumpram suas intenções” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 173, tradução nossa<sup>5</sup>).

Os dois autores veem as raízes do termo em outros campos do saber, entre os quais destacam a Psicologia (no processo de orientar a mente do ouvinte), a Sociologia (com as

---

<sup>3</sup> As citações da obra de Beaugrande e Dressler a serem reproduzidas no presente artigo tomarão como base a edição do livro publicada na Espanha.

<sup>4</sup> “Si un texto no satisfice alguna de esas normas entonces no puede considerarse que esse texto sea comunicativo”.

<sup>5</sup> “todas las modalidades en las que los productores textuales utilizan los textos para conseguir que se cumplan sus intenciones.”

trocas de turno na fala, método que deu origem, depois, à Análise da Conversação), a Inteligência Artificial (descoberta dos planos e metas na simulação dos mecanismos de comunicação) e a Filosofia. Desta última, a Linguística teria tido profunda influência, segundo eles.

O impacto da Filosofia estaria nos estudos dos ingleses John Austin (1990 [1962]) e Paul Grice (1982 [1975]) e do norte-americano John Searle (1981 [1969], 2002 [1983]), autores cujos escritos serviram de alicerce para o campo da Pragmática. Austin, inicialmente, e Searle, depois, construíram um modelo teórico que procurava explicar as intenções demonstradas pelos falantes no uso dos enunciados, processo que se convencionou chamar de atos de fala. O modelo previa três situações: atos locucionários (o enunciado em si); atos ilocucionários (atividades sugeridas no discurso); atos perlocucionários (efeitos exercidos nos receptores).

A crítica que Beaugrande e Dressler fazem a esse modelo teórico é que ele apresenta algumas “limitações”, se observado do ponto de vista da Linguística Textual. Se existem ações cujas intenções aparecem de modo mais definido, como a de prometer, haveria também, por outro lado, outras menos evidentes, entre as quais citam a de afirmar, descrever e perguntar. Em dadas situações, seria a enunciação em si que dá a pista para que se depreenda a ação pretendida, seja ela apresentada de forma explícita ou não.

Resumem os dois autores: “A teoria dos atos de fala é, portanto, insuficientemente explicativa e, além disso, erra na apreciação de como interagem as convenções comunicativas com os contextos situacionais mais habituais” (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 175, tradução nossa<sup>6</sup>). No entender deles, quem traria um enfoque mais amplo sobre o tema seria Grice.

Grice desenvolveu modelo baseado em um princípio de cooperação, em que haveria colaboração no cumprimento do propósito comunicativo estabelecido. Esses princípios seriam estabelecidos por meio de quatro máximas conversacionais: 1) da quantidade (adequação do volume de informação transmitido); 2) da qualidade (dizer informações verídicas); 3) da relação (expor conteúdo relevante ao que é dito); 4) do modo (falar com clareza, sem ambiguidade, de forma breve e ordenada).

Beaugrande e Dressler ponderam sobre cada uma das máximas elencadas por Grice, pensando situações comunicativas em que elas poderiam ser contrapostas. Seguindo a mesma

---

<sup>6</sup> “La teoría de los actos de habla es, por lo tanto, insuficientemente explicativa y, además, yerra en la apreciación de cómo interactúan las convenciones comunicativas con los contextos situacionales más habituales.”.

ordem apresentada anteriormente: 1) o volume de informação poderia ser intencionalmente maior para criar determinados efeitos de sentido (como a falta verborrágica de uma pessoa com problemas mentais); 2) dizer algo falso de propósito; 3) abordar algo não necessariamente relevante, como ocorre nas brincadeiras verbais; 4) nas ambiguidades, para ficar em uma das situações possíveis, o sentido pretendido pelo falante pode ser depreendido no processo comunicacional.

Grice defendia que, se houvesse algum desvio dessas máximas, por assim dizer, os interlocutores “ajustariam” a intenção do que se pretendeu dizer por meio de implicaturas conversacionais:

[...] antes de abandonar a suposição de que o discurso de nosso interlocutor procura ser coerente, informativo, relevante e cooperativo, qualquer participante em uma conversação preferirá sem dúvida, em circunstâncias normais, inferir conteúdos não expressos literalmente que assegurem, apesar das aparências contrárias, a vigência do princípio da cooperação e as máximas conversacionais. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 181, tradução nossa<sup>7</sup>)

Em outros termos: haveria situações convencionais de produção da fala e da escrita e as máximas seriam procedimentos de adequação a elas. Beaugrande e Dressler entendem que, entre esse olhar de Grice e o dos atos de fala, haveria uma “zona inexplorada”: a de definir quais seriam as metas dos produtores textuais na interação comunicativa. Isso poderia ser contornado com a observação das ações discursivas, que ajudaria a explicar o planejamento textual, bem como eventuais mudanças ou ajustes pelos quais passam durante o contato interpessoal. Esse planejamento estaria sujeito a alguns fatores: 1) probabilidade ou não de a meta ser atingida; 2) presença ou não de convenções sociais estáveis; 3) interferências contrárias ao plano inicial; 4) duração do planejamento, se de curto ou longo prazo.

Seriam procedimentos que poderiam ser aplicados também à realidade da produção textual.

Posto que o discurso pode se definir como uma situação ou uma sequência de acontecimentos nos quais vários participantes apresentam textos, sob a forma de ações discursivas, pode se considerar que a comunicação mediante discursos é um caso de PLANEJAMENTO INTERATIVO. (BEAUGRANDE; DRESSLER, 2005, p. 185, tradução nossa<sup>8</sup>, grifos do autor)

---

<sup>7</sup> “(...) antes de abandonar la suposición de que el discurso de nuestro interlocutor intenta ser coherente, informativo, relevante y cooperativo, cualquier participante en una conversación preferirá sin duda, en circunstancias normales, inferir contenidos no expresados literalmente que salvaguarden, a pesar de las apariencias en contra, la vigencia del principio de cooperación y de las máximas conversacionales”.

<sup>8</sup> “Puesto que el discurso puede definirse como una situación o una secuencia de acontecimientos en la que varios participantes presentan textos, a modo de acciones discursivas, puede considerarse que la comunicación mediante discursos es un caso de PLANIFICACIÓN INTERACTIVA.”.

Beaugrande voltou ao tema posteriormente, embora dando menor destaque a ele. Em obra editada em 1997, o índice de termos mencionados no livro registra somente cinco menções à intencionalidade – o livro soma 674 páginas. O interesse do pesquisador – ou sua intenção com aquele texto – era trabalhar outros aspectos teóricos, como o papel da cognição no processamento comunicativo e os diálogos estabelecidos entre o escopo textual e o discursivo.

Nas poucas menções à intencionalidade, o autor faz mais uma recuperação do conceito como havia sido trabalhado anteriormente do que propriamente apresenta avanços significativos em relação a ele. Novamente, a intenção expressa em um texto estaria atrelada à aceitação de quem o acessa:

Um texto pode não realizar uma intenção como ganhar um argumento, ou a mensagem pode ser desacreditada ou negada, mas o evento foi intencional e aceito como texto, e não, digamos, como um exercício para cordas vocais e tímpanos. Em uma lista telefônica, um dado errado ou uma entrada incorreta, tal como de “serviço de massagem” para “serviço de mensagens”, pode ter efeitos irritantes, mas não eliminar o objetivo do texto. (BEAUGRANDE, 1997, p. 14, tradução nossa<sup>9</sup>)

### **Primeiros ecos do conceito no Brasil**

O ano de 1983 teve editadas duas obras que tiveram o papel histórico de importar para o Brasil algumas das ideias sobre Linguística Textual (ou Linguística de Texto, forma sinônima cunhada também à época) discutidas no exterior. A primeira delas foi resultado de uma parceria entre Leonor Lopes Fávero e Ingedore Grunfeld Villaça Koch. As duas autoras organizaram uma trajetória histórica das abordagens textuais e resenharam parte dos estudos sobre o tema. O conceito de intencionalidade não foi abordado de forma específica, mas já havia sinalizações da existência dele e de um papel mais ativo, por assim dizer, dos autores dos enunciados.

Esse papel foi bastante atrelado às propostas desenhadas pela Pragmática e de como esse campo era lido pelos pesquisadores acionados pelas duas pesquisadoras. Um deles foi Dressler, que creditaria à Pragmática, nas palavras delas, “aquilo de que o autor pretende tratar, a quem se dirige, com qual intenção, em que situação o traz, quais os pressupostos implícitos assumidos, qual o canal selecionado etc.” (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 75).

---

<sup>9</sup> “A text may not realize an intention like winning an argument, or a message may be disbelieved or denied, but the event was nonetheless intended and accepted *as text* and not, say, as an exercise for vocal cords and eardrums. In a directory, a wrong listing or a misspelled entry such as ‘massage service’ for ‘message service’ may have annoying effects, but does not abolish the purpose of the text”.

Tais elementos, ainda de acordo com a leitura trazida por elas, poderiam ser sintetizados em uma hiperproposição ou uma hiperfrase, que refletiria a intenção do texto:

As intenções comunicativas do emissor e do receptor são, na maioria das vezes, coincidentes. A intenção unificadora do autor leva-o a decidir quais as frases que se podem combinar de modo adequado em um texto: embora, por vezes, as frases singulares não estejam suficientemente bem relacionadas ou pareçam até contradizer-se, uma só frase final da cadeia pode deixar claro o tema do conjunto. É neste ponto que entram as intenções do receptor, já que este espera que as frases que lhe são oferecidas em um texto estejam conectadas de algum modo. Cabe ao autor apresentar-lhe o conjunto do texto de modo a satisfazer tal expectativa. (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 77)

Conceito semelhante ao de hiperproposição, e também trazido pelas duas autoras, é o de macroato de fala, de Van Dijk (2000). Entendido como uma sequência de atos de fala interconectados com uma finalidade comum, ele tende a dialogar com as proposições manifestadas no texto, de acordo com a leitura feita por Fávero e Koch. A relevância do conceito estaria em permitir que se explicitasse a proposta geral ou global de determinados enunciados. “O interlocutor deve ter condições de avaliar as funções pragmáticas e estratégicas dos atos de fala individuais de uma sequência. Ele deve saber o que o falante está insinuando, o que afinal ele quer com seu enunciado” (FÁVERO; KOCH, 1998 [1983], p. 89).

O primeiro eco mais concreto da intencionalidade em estudos brasileiros possivelmente foi visto na segunda obra publicada no ano de 1983, de Luiz Antônio Marcuschi. Nela, o pesquisador trouxe para o país muito do que havia sido discutido por Beaugrande e Dressler. O linguista elaborou um “esquema geral provisório das categoriais textuais”, como ele mesmo denominou, dividindo os enfoques em quatro fatores: 1) de contextualização, como assinaturas, data do texto, título, entre outros elementos do entorno do enunciado; 2) de conexão sequencial, que seriam os aspectos relacionados à coesão; 3) de conexão conceitual-cognitiva, que espelharia os processos vinculados à coerência; 4) de conexões de ações, abordando os elementos pragmáticos.

Nesse quarto item, figurariam os cinco itens de textualidade de Beaugrande e Dressler centrados nos usuários, entre eles a intencionalidade. Este conceito, bem como os demais, é mais registrado do que trabalhado de forma aprofundada na obra. Sobre ele, Marcuschi se restringe a mencionar que o eixo pragmático não deve ser visto dissociado do texto, como se fosse uma outra fase, externa a ele. “Ela é concomitante a todas as outras etapas e a distinção só é feita para não deixar níveis explicitamente descobertos pela teoria como um todo” (MARCUSCHI, 2012 [1983], p. 82).

Dois anos depois, Leonor Lopes Fávero e Mara Sofia Z. Paschoal retomaram os princípios de Beaugrande e Dressler de que a intencionalidade e a aceitabilidade constituiriam dois dos princípios de textualidade. Para elas, o texto explicitava a “intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesiva e coerente, ainda que essa intenção nem sempre se realize em sua totalidade, especialmente na conversação usual” (FÁVERO; PASCHOAL, 1985, p. 20).

Uma autora que contribuiu muito para o aprofundamento do conceito foi Ingedore Grunfeld Villaça Koch, que trabalhou o tema em mais de um momento. Em livro de 1984, ela parte do postulado de que “a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, **ação sobre o mundo dotada de intencionalidade**, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade” (KOCH, 2002 [1984], p. 15, grifos da autora). A intencionalidade, para a linguista, seria elemento inerente a toda atividade comunicativa, e a interpretação – ou interpretações, posto que não haveria um sentido único em uma situação enunciativa – estaria relacionada à apreensão dessas intenções a partir das marcas linguísticas manifestadas no texto.

Esse norte teórico foi retomado pela autora em obras posteriores: a questão da ação verbal é resenhada, sob diferentes perspectivas, a dos atos de fala entre elas, em livros editados em 1993 (KOCH, 2000 [1993]) e, de forma mais explícita, em 1997 (KOCH, 2000 [1997]). Neste, a linguista recupera as duas facetas da intencionalidade propostas por Beaugrande e Dressler, ou seja, que ela poderia se manifestar tanto na composição de um texto coeso e coerente, resultado de uma meta previamente planejada (sentido restrito) quanto na utilização de estratégias plurais para alcançar tais objetivos (sentido amplo).

Fora do escopo dos dois autores, mas dialogando com a proposta pensada por eles, Koch destaca a necessidade de acionamento de saberes de ordem cognitiva por parte dos usuários do texto (casos de autor e leitor) e registra entre eles o conhecimento ilocucional. Este permitiria “reconhecer os objetivos ou propósitos que um falante, em dada situação de interação, pretende atingir” (KOCH, 2000 [1997], p. 27).

Koch havia feito também um registro pontual sobre a existência da intencionalidade em livro de 1989, ao expor o modelo teórico de Beaugrande e Dressler – pontual porque o foco da obra, como o título já sugere, são os aspectos coesivos. As abordagens mais contundentes da intencionalidade feitas por ela se deram nas duas parcerias com o também linguista Luiz Carlos Travaglia. Ambos publicaram dois trabalhos em que expuseram o tema, um lançado em 1989 e outro, no ano seguinte.



Nas duas obras, os autores abordam o tema com o mesmo pressuposto teórico: a coerência já não é vista mais como um dos critérios de textualidade, mas como o resultado de todas as estratégias procedurais acionadas para o processo de construção do texto e de produção do(s) sentido(s) dele. A intencionalidade, nesse novo olhar teórico, passaria a estar atrelada à coerência. Apesar desse enfoque diferente, a leitura do conceito em si permanece a mesma: trata-se da manifestação da intenção do autor, concretizada no texto em sentido restrito ou amplo. O que há de diferente é uma articulação entre a composição coesiva do texto (no sentido restrito) e a argumentatividade (no sentido amplo). Sobre este último item, dizem os autores:

Se aceitamos que não existem textos *neutros*, que há sempre alguma intenção ou objetivo da parte de quem produz um texto, e que este não é jamais uma 'cópia' do mundo real, pois o mundo é *recriado* no texto através da *mediação* de nossas crenças, convicções, perspectivas e propósitos, então somos obrigados a admitir que existe sempre uma argumentatividade subjacente ao uso da linguagem. A argumentatividade manifesta-se nos textos por meio de uma série de marcas ou pistas que vão orientar os seus enunciados no sentido de determinadas conclusões, isto é, que vão determinar-lhes a orientação argumentativa, segundo uma perspectiva dada. (KOCH; TRAVAGLIA, 2002 [1990], p. 98, grifos dos autores)

Talvez o livro de Maria da Graça Costa Val, de 1991, encerre o capítulo final desses ecos iniciais do conceito no campo teórico brasileiro. Como foco na *Redação e Textualidade*, título do livro escrito por ela, a autora retoma muitas das máximas já trabalhadas por outros pesquisadores. Na síntese proposta por ela,

A intencionalidade concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa. A meta pode ser informar, ou impressionar, ou alarmar, ou convencer, ou pedir, ou ofender, etc., e é ela que vai orientar a confecção do texto. Em outras palavras, a intencionalidade diz respeito ao valor ilocutório do discurso. (COSTA VAL, 2011 [1991], p. 10-11)

### **Caminhos da intencionalidade**

A Linguística Textual passou – e, de certo modo, passa ainda – por um constante processo de revisão de seu escopo teórico-metodológico. A coesão, não negada, centrou o foco nos mecanismos de referenciação. O texto em si começou a ser visto não apenas por meio de sua materialidade verbal, mas integrado a constituintes de outras modalidades, como a visual, compondo uma produção multimodal. O próprio conceito de texto foi revisto e ampliado para abarcar esses aspectos. Os processos de inferenciação e de acionamento de informações de ordem cognitiva ganharam maior destaque.

As ideias do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2017 [1952-1953]; VOLÓCHINOV, 2018 [1929]) também impactaram nas abordagens da Linguística Textual feitas no Brasil. Entendeu-se que o texto é o próprio local da interação entre os sujeitos. A concepção de gênero, entendido como mecanismos comunicativos de estabilidade relativa construídos no processo sociocomunicativo (BAKHTIN, 2017 [1952-1953]), entrou com força nas discussões textuais e na forma como os enunciados multimodais passaram a ser trabalhados.

É nesse cenário que a intencionalidade conviveu no século XXI no país. Nos anos dessas duas primeiras décadas, pôde-se observar duas tendências com relação ao conceito na literatura textual produzida pelos pesquisadores brasileiros: 1) ausência do termo; 2) menção ao conceito.

Comentando as duas situações. No primeiro caso, um dos argumentos que poderiam ser levantados é que as obras, ao não se referirem ao tema, não tinham a intencionalidade como foco da análise. O contraponto disso é que, justamente pela opção do apagamento, o conceito estaria submetido a uma desfocalização teórica, sinalizando um eventual desuso dele. Poderiam ser enquadradas nesse cenário obras referenciais da área, como as de Koch (2002, 2008) e duas parcerias da autora com Vanda Maria Elias (2006, 2008), bem como a de Mônica Magalhães Cavalcante (2012).

O mesmo pode ser dito da maior parte das coletâneas de pesquisadores de diferentes regiões do país, igualmente referenciais, casos das obras organizadas por Marli Quadros Leite e Anna Christina Bentes (2010), por Sueli Cristina Marquesi, Aparecida Lino Pauliukonis e Vanda Maria Elias (2017) e por Edson Rosa Francisco de Souza, Eduardo Penhavel e Marcos Rogério Cintra (2017).

Quanto à segunda situação, a dos trabalhos que mencionam o conceito de intencionalidade, poderia ser feito um novo agrupamento: 1) os que apenas mencionam o conceito; 2) os que mencionam o conceito e propõem uma aplicação dele; 3) os que mencionam o conceito, propondo uma rediscussão dele. Vejamos um a um.

Entre as produções teóricas que mencionam o conceito, primeiro dos três casos elencados, há como ponto comum um registro do termo, que funciona mais como um resgate do modelo pensado por Beaugrande e Dressler – caso da discussão apresentada por Iara Bemquerer Costa e Luciana Pereira da Silva (2013) – ou de como ele foi lido e apropriado nos primeiros trabalhos sobre o tema no Brasil (como mostrado no item anterior). É o que fazem, por exemplo, Koch e Elias (2016), ao proporem associação do conceito (chamado também com a expressão sinônima “princípio de intencionalidade”) com estratégias de argumentação,

seguindo e atualizando caminho iniciado anteriormente por Koch (1984 [2002]). Para as duas autoras,

[...] argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade, ou seja, de um lado, há aquele que constrói argumentos para influenciar o interlocutor e conseguir seu intento; e de outro, aquele que é alvo desse processo, o interlocutor, e que tem a liberdade de considerar ou não a validade dos argumentos, de aceitar ou não a tese defendida, numa postura que em nada remete à ideia de passividade, nem simplesmente à emoção. (KOCH; ELIAS, 2016, p. 34)

Aproximação semelhante faz Ana Lúcia Tinoco Cabral (2017), porém por outro caminho teórico. A autora se ancora em trabalho de Barbara Sandig (2009 [2000]), para quem haveria uma vinculação entre os conceitos de intencionalidade e de função textual. De forma bastante resumida, Sandig enxerga na função textual o elemento nuclear dos textos, orbitando em torno dele outros, como a coesão, a coerência, a situacionalidade e o tema. “Com base no postulado de Sandig, podemos afirmar que há uma intrínseca relação entre argumentação e intencionalidade. O texto argumentativo é aquele produzido com a intenção/função de fazer crer, fazer alguma coisa ao outro” (CABRAL, 2017, p. 244).

No grupo dos trabalhos da Linguística Textual que mencionam a intencionalidade e a aplicam, há como ponto comum a retomada do conceito, sem uma revisão teórica dele. O objetivo é mesmo explicar e exemplificar. Tomemos inicialmente quatro exemplos que foram publicados em livros. Anna Christina Bentes (2001) o aplicou em títulos de matérias de jornais, demonstrando como a intenção (argumentatividade) por parte do produtor pode ser percebida por meio de uma determinada informação e do modo como ela é apresentada.

Sueli Marquesi (2007) também abordou material jornalístico, porém de opinião. Ela mostrou a relação entre referenciação e intencionalidade, considerando que a referenciação revela a intencionalidade do escritor e orienta o leitor na construção de sentidos (fio condutor da intencionalidade do autor). Maria Aparecida Lino Pauliukonis e Mônica Magalhães Cavalcante (2018), em obra voltada para aplicações do escopo textual no ensino, registram o conceito, destacando a necessidade de que ele não seja visto exclusivamente como elemento externo ao texto, mas, sim, trabalhado de uma maneira global, integrada às diferentes modalidades constantes nos enunciados.

No ambiente digital, outros estudos reforçam que o tema permanece na pauta teórica da Linguística Textual. Pesquisa feita na internet<sup>10</sup> revela que há muitos trabalhos no país que buscaram aplicar o conceito de “intencionalidade”, fosse ele em conjunto com o de

---

<sup>10</sup> O levantamento foi feito no dispositivo de busca “Google Acadêmico” no dia 26 de junho de 2019.

“aceitabilidade”, fosse ele vinculado aos demais fatores de textualidade ou, na acepção de Marcuschi (2008), critérios de textualização.

Para citarmos dois artigos recentes. Almir Grigório dos Santos (2017) abordou o conceito em duas correspondências escritas pelo padre José de Anchieta e analisou indícios de informatividade (grande quantidade de informações positivas) e intencionalidade (manter a missão e mostrar que ela estava progredindo). Rafael da Silva Moura (2018) aplicou os fatores de textualidade em conto de Ana Maria Machado.

Entre os trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação, pode ser mencionada a dissertação de Heloísa Pedrosa de Araújo Mafra, intitulada *A intencionalidade Linguística e os aspectos de oralidade nas campanhas de instituições de ensino em outdoors nas cidades de Recife e Olinda* e defendida em 2012 na Universidade Católica de Pernambuco. Como o título da pesquisa já antecipa, a aplicação se deu em campanhas publicitárias, mostrando a presença da ambiguidade como elemento intencional daquelas produções. Na definição do conceito, ela explicita a presença dos elementos exteriores ao texto na composição da intencionalidade:

A intencionalidade consiste em um processo de elaboração extralinguístico, ou seja, de direção de sentidos, com interpretações que vão além do que está exposto pelo sistema linguístico, ou no composto lexical; está, isto sim, na intenção comunicativa do escritor/falante, que relaciona seu objetivo em sua produção textual. (MAFRA, 2012, p. 22-23)

Outra dissertação é a de Maria Vera Cardoso Torrecillas, defendida em 2008 na Universidade Presbiteriana Mackenzie. A autora buscou mostrar como as marcas da textualidade, especificamente intencionalidade e aceitabilidade, fizeram-se presentes em peças teatrais. Para isso, procura, a exemplo de outros pesquisadores, vincular intencionalidade e argumentatividade.

Poucos trabalhos vinculados à Linguística Textual propuseram uma rediscussão do conceito, mesmo que parcial, terceiro item do agrupamento elencado anteriormente.

Koch (2004) revisa a divisão entre elementos centrados no texto (coesão e coerência) e nos usuários (os demais critérios de textualidade, entre eles a intencionalidade), como haviam proposto inicialmente Beaugrande e Dressler. Para a linguista, além de a coerência abarcar os demais itens, não faria sentido a separação “já que todos eles estão centrados simultaneamente no texto e em seus usuários” (KOCH, 2004, p. 43), sendo estes constituídos sociocognitivamente no processo de interação mediado pelos textos. Essa abordagem pode ter contribuído para a intencionalidade ter sido pouco trabalhada na obra.

Irané Antunes trilhou caminho oposto, reiterando, com algumas modificações, a divisão original proposta por Beaugrande e Dressler. A linguista propõe que se faça uma distinção entre propriedades do texto (a coesão, a coerência, como proposto pelos dois autores, e inclui a informatividade e a intertextualidade entre elas) e condições de efetivação do texto (a situacionalidade, a intencionalidade e a aceitabilidade). Essa separação seria pelo fato de os últimos estarem vinculados “aos interlocutores e não ao texto propriamente” (ANTUNES, 2010, p. 34).

Especificamente sobre a intencionalidade, Antunes mencionou o conceito em mais de uma obra (ANTUNES, 2009, 2010, 2017). Ela defende que o termo não deva ser confundido com intenção. Esta seria o objetivo de quem produz o texto. Quanto àquela, ela defende a definição de sentido restrito, compartilhada também por outros autores:

O sentido da *intencionalidade* – conforme postulam os estudiosos da linguística de texto – é outro: refere-se à *predisposição* do falante para comportar-se eficientemente em sua atividade verbal, ou seja, para apenas *dizer coisas que têm sentido* – em passagens coesas e coerentes – e que, sejam, portanto, interpretáveis. *Essa intencionalidade* representa, pois, *a disposição do interlocutor de cooperar com seu parceiro* para que ele possa processar, com sucesso, os sentidos e as intenções do que é expresso (ANTUNES, 2009, p. 75-76, grifos da autora).

É justamente “intenção”, e não “intencionalidade”, o termo usado por Teun Van Dijk (2012) para discutir o tema sob um viés sociocognitivo. O linguista procura diferenciar o conceito (intenção) de objetivo. Segundo o autor, que adota o termo somente no sentido de intenções-ações, e não propriamente no texto em si, as intenções seriam partes de modelos mentais. Os objetivos ou propósitos, por outro lado, seriam “modelos mentais de ações com suas consequências esperadas” (VAN DIJK, 2012, p. 119). Para ele, tem-se controle sobre as próprias ações, mas nem sempre sobre as consequências, que podem estar vinculadas a outros fatores. O exemplo citado pelo autor para ilustrar sua reflexão é: “posso ter a intenção de ler o jornal enquanto meu objetivo é recolher informações ou opiniões sobre acontecimentos recentes” (VAN DIJK, 2012, p. 120).

Marcuschi (2008) salienta que haveria dificuldades na identificação da intencionalidade. Isso porque, no entender dele, não se saberia com precisão o que deveria ser observado, nem se o foco dos objetivos deve pender para o autor ou para o leitor, posto que os dois teriam intenções. Outro problema apontado pelo linguista seria o vínculo do conceito como um dos componentes da textualidade. Nas palavras dele:

O problema maior no caso da **intencionalidade** acha-se no conceito de sujeito que ela subentende. Tudo se passa como se o sujeito fosse dono do conteúdo e como se ele fosse uma fonte independente e a-histórica. Isto é impossível e não estaria em consonância com o que já postulamos aqui sobre a questão. (MARCUSCHI, 2008, p. 127 – grifo do autor)

O autor aponta dois caminhos possíveis para que se trabalhe – ou se contorne – a questão. O primeiro seria vincular a análise da intencionalidade ao plano global do texto e à produção da coerência. O segundo seria vincular a abordagem às máximas de Grice, estabelecendo um diálogo entre as premissas do autor com o modo como passaram a ser abordadas por pesquisadores contemporâneos da Pragmática.

### **Amarrando a exposição**

A trajetória histórica exposta demonstrou como o conceito de intencionalidade foi inaugurado na área textual por Beaugrande e Dressler (1981) e, já poucos anos depois, apropriado por pesquisadores brasileiros e, num segundo momento, retomado, relido criticamente ou mesmo desfocalizado. O fato de haver contemporaneamente uma recuperação do conceito, nos mesmos moldes como fora pensado inicialmente, casos de Mafra (2012), Costa (2012), Santos (2017), Moura (2018), Pauliukonis e Cavalcante (2018) e outros que poderiam ser citados, e que não foram por questão de espaço, atesta que a noção ainda faz parte do escopo teórico textual no país.

Essa constatação, por si só, já responde à pergunta feita no início deste artigo, a saber, se ainda haveria relevância na apropriação da intencionalidade sob a perspectiva das teorias do texto. Depreende-se que sim. Outra questão seria como. Vê-se que uma maneira seria recuperando os pressupostos de Beaugrande e Dressler e a difusão do conceito proporcionada no período inicial (décadas de 1980 e começo da de 1990) em que o conceito começou a ser difundido no país por meios de obras como as de Fávero e Koch (1983), Marcuschi (1983), Fávero e Paschoal (1985), Koch e Travaglia (1989, 1990) e Costa Val (1991).

Um segundo foco de abordagem seria vincular o conceito à argumentatividade, caminho iniciado por Koch (1984) e recuperado por Cabral (2017) e, com maior aprofundamento, pela própria Koch, em parceria com Elias (2016). Essa trilha textual recuperaria um dos princípios originais da intencionalidade, a de que ela estaria associada a uma formação coesa e coerente dos enunciados. Mas acrescentaria os aspectos da argumentação elaborados pelo autor, atribuindo à abordagem uma sustentação mais precisa e menos subjetiva da análise linguística.

De certo modo, essa opção anteciparia e, de certo modo, responde a uma das críticas levantadas por Marcuschi (2008), autor que poderia ser associado, nesse segundo momento teórico em que trabalhou o tema, a uma leitura mais crítica do conceito e que configuraria, por consequência, uma terceira forma de se abordar a intencionalidade. O linguista defende haver ares de subjetividade na aferição na intencionalidade autoral em um texto. O uso das máximas conversacionais, de Grice, seria uma alternativa apresentada por ele para contornar a fragilidade.

Outra possibilidade aventada por ele seria a de observar a intencionalidade num plano mais global do texto. Nesse sentido, pode-se enxergar aí um possível ponto de convergência entre a leitura dele com a feita por Koch (2004), para quem o texto se torna o local de interação entre os sujeitos, constituídos sociocognitivamente. Ou seja, a abordagem teórico-analítica de um texto demanda contextos (conhecimentos cognitivos) trazidos pelos seres em determinadas situações socialmente situadas.

Essa soma de elementos é que daria pistas verbais e visuais – posto que, contemporaneamente, enxerga-se o texto como uma produção que pode ser composta por diferentes modalidades – para se depreender a intencionalidade manifestada pelos autores, ancorada em elementos concretos, e não subjetivos. A abordagem feita por Antunes (2009), que vincula a intencionalidade à situação e à atividade verbal, pode ser acrescida a essa visão.

Antunes também distingue intencionalidade de intenção: esta seria o objetivo do autor do texto; aquela, uma predisposição para se comportar bem na atividade verbal em contato com o(s) interlocutor(es). Leitura distinta faz Van Dijk (2012), ao creditar à intenção aquilo que se pretende fazer e ao objetivo o que se espera fazer – e que nem sempre corresponde à prática, pois está vinculado a ela. Ambos estariam vinculados a modelos mentais trazidos pelos seres e construídos socialmente.

As abordagens críticas poderiam ser uma das explicações da ausência da intencionalidade em obras publicadas nos anos seguintes – muitas delas referenciais – sobre discussões relacionadas ao texto. Isso explicaria o que optamos denominar de “desfocalização do conceito” em parte dos trabalhos registrados na segunda década deste século. Mesmo que não seja a proposta inicial de seus autores, algo que só poderia ser aferido em contatos pessoais, aos olhos de quem lê as publicações, a ausência pode conotar apagamento, perda de relevância teórica.

Ainda sobre os motivos da desfocalização, há uma segunda explicação possível e que merece um registro, ainda que sucinto – dada a temática, careceria de outro artigo para ser aprofundado a contento. Pode ter havido uma sobreposição entre o que se entendia

inicialmente por intencionalidade com o que se passou a entender por “intuito discursivo” ou “querer-dizer”, como pensado por Bakhtin (2017) ao trabalhar o projeto enunciativo do locutor (como ele irá produzir o texto) conforme o gênero do qual se apropria na situação comunicativa<sup>11</sup>.

É um ponto – mais um – a ser (re)pensado sobre o conceito, que, com olhares diferentes, ainda integra o escopo teórico da Linguística Textual brasileira.

## Referências

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino**: outra escola possível. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos**: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, Irandé. **Textualidade**: noções básicas e implicações pedagógicas. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. 1. reimpr. São Paulo: Editora 34, 2017 [1952-1953].

BEAUGRANDE, Robert-Alain de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society. New Jersey: Ablex Publishing, 1997.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à linguística 1**: domínios e fronteiras, São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-287.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introduction to Text Linguistics**. New York: Longman, 1981.

BEAUGRANDE, Robert-Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. **Introducción a la Lingüística del Texto**. Barcelona: Ariel, 2005.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Linguística Textual e Teoria da Argumentação na Língua: texto e língua em diálogo. In: CAPISTRANO JÚNIOR, Rivaldo; LINS, Maria da Penha Pereira; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual**: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Labrador, 2017. p. 239-262.

---

<sup>11</sup> Uma primeira discussão sobre o tema foi feita por Ana Cristina Carmelino em mesa-redonda sobre Linguística Textual realizada no III Conel (Congresso Nacional de Linguística). A exposição foi intitulada *Intencionalidade com humor*. A fala ocorreu no dia 19 de novembro de 2015 na Universidade Federal do Espírito Santo.



CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

COSTA, Iara Bemquerer; SILVA, Luciana Pereira da. Coerência. In: COSTA, Iara Bemquerer; FOLTRAN, Maria José (Orgs.). **A tessitura da escrita**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 64-81.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. 3. ed. 3. reimpr. São Paulo: Martins Fontes, selo Martins, 2011 [1991].

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Linguística Textual: introdução**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998 [1983].

FÁVERO, Leonor Lopes; PASCHOAL, Mara Sofia Z. (Orgs.). **Linguística Textual: texto e leitura**. São Paulo: EDUC, 1985. (Série Cadernos PUC, 22).

GRICE, Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, Marcelo (Org.). **Pragmática: problemas críticos – Perspectivas Linguísticas**. Campinas, SP: ed. do autor, 1982 [1975]. p. 81-103.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2000 [1993].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000 [1997].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1984].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 17. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2002 [1989].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002 [1989].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 14. ed. rev. ampl. São Paulo: Contexto, 2002 [1990].

MAFRA, Heloísa Pedrosa de Araújo. **A intencionalidade linguística e os aspectos de oralidade nas campanhas publicitárias de instituições de ensino em outdoors nas cidades de Recife e Olinda**. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/917143/helo%C3%ADsa-pedrosa-de-ara%C3%BAjo-mafra-a-intencionalidade>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é, como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012 [1983].

MARQUESI, Sueli. Referenciação e intencionalidade: considerações sobre escrita e leitura. In: CARMELINO, Ana Cristina; PERNAMBUCO, Juscelino; FERREIRA, Luiz Antonio (Orgs.). **Nos caminhos do texto: atos de leitura**. Franca: Unifran, 2007. p. 215-233.

MARQUESI, Sueli Cristina; PAULIUKONIS, Aparecida Lino; ELIAS, Vanda Maria (Orgs.). **Linguística Textual e ensino**. São Paulo: Contexto, 2017.

MOURA, Rafael Da Silva. Do processo de (re)significação textual: os fatores de textualidade como dispositivo de análise. **Migulim** – Revista Eletrônica do Netlli, v. 7, n. 3, p. 706-725, set.-dez. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/1731/1325>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Texto e ensino**. Natal: SEDIS-UFRN, 2018. (Coleção Material Didático – Série Digital). Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26874>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

SANDIG, Barbara. O texto como conceito prototípico. In: WIESER, Hans Peter; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (Orgs.). **Linguística Textual: perspectivas alemãs**. Trad. Hans Peter Wieser. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009 [2000]. p. 47-72.

SANTOS, Almir Grigório dos. A informatividade e a intencionalidade nas cartas jesuíticas. **POSGERE**, n. 3, v. 1, jul. 2017, p. 73-86. Disponível em: <<http://seer.spo.ifsp.edu.br/index.php/posgere/article/view/71>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (Orgs.). **Linguística Textual: interfaces e delimitações – Homenagem a Ingedore Grunfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017.

SEARLE, John. **Os actos de fala**. Trad. Carlos Vogt, Ana Cecília Maleronka, Balthazar Barbosa Filho, Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Coimbra: Almedina, 1981 [1969].

SEARLE, John. **Intencionalidade**. Trad. Julio Fisher e Tomás Rosa Bueno. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1983].

TORRECILLAS, Maria Vera Cardoso. **A intencionalidade e a situacionalidade nas obras teatrais**: O Rei da Vela, de Oswald de Andrade, e A Moratória, de Jorge Andrade. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/2243/1/Maria%20Vera%20Cardoso%20Torrecillas.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

VAN DIJK, Teun A. **Cognição, discurso e interação**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

VAN DIJK, Teun. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018 [1929].

Recebido em: junho de 2019.

Aprovado em: julho de 2019.